

Acórdão nº 9.153/2015/Plenário-TCE/AC

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 13.852.2010-00-TCE (Processo nº 13.695.2010-80 – Apenso)
ASSUNTO: Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Purus, exercício de 2009.
RESPONSÁVEL: Senhor **José Brasil Barbosa da Silva**
RELATOR: Conselheiro **Antonio Cristovão Correia de Messias**

Prestação de Contas. Prefeitura. Não comprovação do saldo transferido para o exercício seguinte. Condenação. Devolução. Aplicação de multa. Apuração dos valores pagos aos agentes políticos. Abertura de Tomada de Contas Especial. Recomendação à origem. Comunicação do apurado ao Ministério Público Estadual. Remessa de cópia à Câmara Municipal.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: **1) condenar** o Senhor **José Brasil Barbosa da Silva** a devolver aos cofres do Tesouro Municipal de Santa Rosa do Purus, no **prazo de 30 (trinta) dias**, devidamente corrigida e acrescida de juros legais, nos termos do artigo 54, *caput*, da LCE nº 38/1993, a importância de **R\$ 3.917.888,63** (três milhões, novecentos e dezessete mil, oitocentos e oitenta e oito reais e sessenta e três centavos), referente a não comprovação do saldo transferido para o exercício seguinte (2010); **2) aplicar multa** ao Senhor **José Brasil Barbosa da Silva**, com fundamento no artigo 88 da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, no valor correspondente a **10% (dez por cento)** da importância a ser devolvida, assinalando o **prazo de 30 (trinta) dias** para o efetivo recolhimento em favor do Tesouro do Município de Santa Rosa do Purus, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas; **3) abrir Tomada de Contas Especial**, nos termos do artigo 44 da LCE nº 38/1993, para apuração dos valores pagos aos agentes políticos da localidade, a título de subsídios, no período enfocado; **4) recomendar** à origem para que, nas próximas edições da matéria, faça constar nos demonstrativos contábeis o selo da Declaração de Habilitação Profissional (DHP) do Contador subscritor das contas, a fim de comprovar sua regularidade junto ao respectivo Conselho de Classe; e **5) comunicar** o apurado ao **Ministério Público Estadual**, para adoção das providências que entender pertinentes, diante do descumprimento do equilíbrio fiscal determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal e do não cumprimento do artigo 9º, combinado com os artigos 15 e 16 da LRF, posto que a ausência da obrigatória limitação de empenhos e movimentação financeira implicou em despesas não autorizadas em lei (caracterizadas pelos Restos a Pagar sem cobertura),

(Acórdão nº 9.153/2015/Plenário-TCE/AC – FL. 02 de 02)

incorrendo, assim, no crime capitulado no artigo 359-D do Código Penal (“Ordenar despesa não autorizada por lei”). Após as formalidades de estilo, pelo **encaminhamento** de cópia dos autos a Câmara Municipal de Santa Rosa do Purus, a quem compete o julgamento desta Prestação de Contas, a teor do disposto no artigo 23 da Constituição Estadual. Ausentes, justificativamente, os Excelentíssimos Senhores Conselheiros José Augusto Araújo de Faria, Ronald Polanco Ribeiro e a Excelentíssima Senhora Conselheira Dulcinéia Benício de Araújo.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre

Rio Branco – Acre, 19 de março de 2015

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**
Presidenta do TCE/AC

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**
Relator

Fui presente:

ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA
Procuradora-Chefe do MPE/TCE/AC